

# A Emergência Social dos Preços

Eleutério F. S. Prado

*Professor Sênior do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo  
(FEA/USP), Brasil*

---

## Resumo

O texto trata de uma questão de fundamento: nele se argumenta que o individualismo metodológico – pressuposto dominante da teoria econômica – mantém uma proposta para a construção de teorias que é logicamente impossível de ser realizada rigorosamente. E que, para não cair em contradição – e para não subsumir completamente a pessoa ao sistema econômico, tombando, assim, no coletivismo metodológico – é preciso pensar dialeticamente. Como esse propósito, mostra que os preços, para serem tratados com rigor lógico, devem ser considerados com base na categoria de emergência. Comprova, nesse sentido, que esse procedimento lógico foi adotado implicitamente por Marx em *O Capital*.

*Palavras-chave:* Individualismo Metodológico, Emergência, Formação de Preços, Dialética do Valor e do Preço, Valor Trabalho

*Classificação JEL:* B41, B50, B51

---

## Abstract

The paper deals with a foundational question: it is argued that methodological individualism – dominant assumption of economic theory – has a proposal to build theories that it is logically impossible to be carried out rigorously. In order not to fall into contradiction – and not subsume the person to the economic system completely, falling into the methodological collectivism – it is necessary to think dialectically. In this way, shows that prices, if they are going to be treated carefully, should be designed considering the category of emergency. Shows, furthermore, how this procedure has been accomplished implicitly by Marx in *Capital*.

---

\* Texto da Aula Magna Selecta 2012, proferida em 11 de dezembro de 2012, na Sessão de Abertura do 40º Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Na ocasião, por limitação de tempo, foi lida uma versão vinte por cento menor, com omissão das Referências Bibliográficas. O autor agradece os comentários de José Paulo Guedes Pinto, Jorge Eduardo de Castro Soromenho, Leda Maria Paulani e Pedro Cesar Dutra Fonseca, os quais não são obviamente responsáveis pelos erros que permaneceram no texto final.  
*E-mail address:* [eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br)

A norma metodológica reducionista – conhecida pelo nome de individualismo – reza que todo fenômeno social, em princípio, deve ser explicado a partir dos indivíduos – ou seja, de suas propriedades, objetivos, crenças e ações. Expressão sintética de um importante paradigma de explanação científica em ciência social, ela impera em Economia. Por isso, vale questionar: essa norma é verdadeiramente obedecida pelo pensamento que se pauta implícita ou explicitamente por ela? Por exemplo, ela é seguida na explanação dos preços que se encontra em *A Riqueza das Nações*? A pergunta pode se afigurar despropositada de início porque, como bem se sabe, Adam Smith apresenta inequivocamente o problema da determinação dos preços a partir dos indivíduos. E a prova textual dessa afirmação não é difícil de encontrar. Por exemplo, dentre muitas outras afirmações semelhantes, ele diz nessa obra que “o valor real de cada coisa – ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la – é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição” (Smith 1983, p. 63). Smith, é evidente, toma aí o trabalho como vivência pessoal, vendo na magnitude do dispêndio de esforço uma informação que guia o comportamento do agente mercantil.

Como se sabe, para resolver essa questão teórica, a determinação das proporções das trocas, Adam Smith distingue o preço de mercado do preço natural. O preço de mercado, num dado momento e lugar, mesmo se ele é dependente da quantidade total posta à venda e da quantidade total procurada no mercado em questão, resulta pontualmente da interação explícita entre o vendedor e o comprador da mercadoria: por isso mesmo, diz que “o preço efetivo ao qual uma mercadoria é vendida denomina-se o seu preço de mercado” (idem, p. 84).

Já o preço natural, que supõe ser do conhecimento aproximado dos agentes – eis que é comum ou médio –, depende em parte “das circunstâncias gerais da sociedade” e em parte “da natureza específica de cada emprego ou setor de ocupação” (idem, p. 83). Assim, justamente porque é uma referência orientadora do comportamento – os agentes, segundo ele, decidem e atuam em conformidade com ele –, o preço natural não depende diretamente deles e, de fato, não pode surgir de um acordo de vontade entre eles. Trata-se, dizendo de outro modo, evidentemente, de um preço de equilíbrio posto cegamente pelo próprio funcionamento do mercado. Segundo Adam Smith, “a quantidade de cada mercadoria colocada no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva” (idem, p. 85), ou seja, tende a se adequar à “demanda daqueles que estão dispostos a pagar o preço natural da mercadoria” (idem, p. 84).

Como a coordenação inerente ao processo de mercado não é perfeita – a própria observação cotidiana das flutuações de mercados mostra isso com muita clareza –, o economista clássico é levado a dizer que “o preço natural é como que o preço central ao redor do qual continuamente estão gravitando os preços de todas as mercadorias” (idem, p. 85). Ora, é evidente que o preço natural, assim concebido, é uma noção holística; ele faz referência a uma propriedade do sistema como um todo que não pode ser explanada, por redução, exclusivamente, com base na livre decisão dos indivíduos. E esse caráter holístico se reafirma quando, diante do enigma aí posto, se apela à metáfora da mão invisível para explicá-lo como algo

que decorre do funcionamento do sistema. Pois, ao fazê-lo, trata-se já o mercado como um macro-sujeito. Por outro lado, para resolver a dificuldade, não basta sugerir que os preços naturais surgem como consequência não intencional de ações intencionais; pois, a norma individualista só estará salva se for possível mostrar, de modo complementar, que eles podem ser indiretamente derivados, por meio de uma dedução explícita, das decisões e das ações dos indivíduos.

Smith – é evidente –, ao desenvolver essa teoria, não estava preocupado em fazer um discurso formalmente consistente, mas sim, em compreender de modo acertado o processo real de formação dos preços. A contradição apontada, produzida pela conversão do individualismo em holismo, não pode ser tomada, aliás, como um defeito destruidor e insuperável de seu esforço teórico. Ademais, não se encontra em Smith uma teoria pura do agir, pois, para ele, a ação humana é orientada por normas institucionais selecionadas historicamente. De qualquer modo, é preciso notar aqui que uma corrente teórica, vinda depois na história do pensamento econômico, esmerou-se para desenvolver uma teoria dos preços formalmente consistente. Essa corrente, que se cristalizou sob o nome de teoria neoclássica, considerou o individualismo metodológico implícita ou explicitamente como uma norma pítrea: como bem se sabe, ela procurou explicar os preços de equilíbrio a partir das preferências e das decisões dos indivíduos.

Entretanto, com Léon Walras, um dos iniciadores da teoria neoclássica, a dificuldade para manter a coesão lógica na teoria de formação dos preços continuou a se manifestar, mesmo se agora a coerência do discurso se tornara um valor absoluto. O raciocínio matemático que nunca pretende desafiar a lógica formal é afirmado como a forma por excelência de construção e de exposição da teoria econômica. É sabido que esse autor, por um lado, procurou derivar o valor de troca de um cálculo de otimização feito pelos próprios agentes que atuam no mercado, ou seja, pelo comprador e pelo vendedor da mercadoria. Pois, como diz, “entrevê-se mais claramente que na troca buscamos a maior satisfação possível de nossas necessidades” (Walras 1983, p. 53). Ora, como considerou a análise em linguagem comum insuficiente para apreender esse fato, tratou de “dar-lhe caráter completamente rigoroso e científico, por meio de uma expressão matemática”, fazendo uso da noção de utilidade (idem, p. 53). Com uma franqueza que nunca mais foi observada, confessa, porém, que a utilidade no sentido intensivo lhe escapa como conceito.

Contudo, em seus *Elementos de Economia Política Pura*, ele julgou necessário apresentar primeiro o valor de troca como algo produzido pelo sistema econômico como um todo. O seu propósito era mostrar que coisas úteis e limitadas em quantidade têm valor de troca.

Nesse sentido, havendo desconsiderado a distinção explícita entre preço de mercado e preço natural, afirma peremptoriamente que qualquer valor de troca – um hectolitro de trigo vale 24 francos, por exemplo – tem o caráter de um fato natural. E completa: “esse valor do trigo em dinheiro, ou esse preço do trigo, não resulta nem da vontade do vendedor, nem da vontade do comprador, nem de um acordo entre os dois.” (idem, p. 22). Tudo se passa como se, no

momento da transação, o valor de troca da mercadoria se impusesse aos agentes como um fato do qual eles não pudessem escapar. Tem-se, assim, uma versão da tese de Cournot segundo a qual os agentes comparecem ao mercado como meros tomadores de preços. O mercado – e isto é bem importante – é concebido como fenômeno puramente natural – não humanitário, em suas palavras. Como os preços são pensados como produtos do sistema – e não como obra dos indivíduos que o compõem, o próprio mercado é posto como uma máquina impessoal, um macro-sujeito automático.

Walras, porém, num segundo momento, procurou mostrar também que tudo aquilo que tem valor de troca é útil e existe em quantidade limitada. Para tanto, teve de formular uma explicação sobre como são determinados os valores de troca e, nesse caminho, precisou partir das decisões individuais que ocorrem durante a troca.

Nesse caminho, ele chega à questão de saber como os preços são determinados, invertendo claramente o sentido da causação: os agentes econômicos figuram agora como formadores de preço. A sua primeira consideração é que os preços em geral são gerados sob o “império da concorrência”, ou seja, por meio da interação, algo incerto, entre compradores e vendedores no mercado em consideração. Considera, então que, nesse processo, os preços fluem e se apresentam, dentro de certos limites, como indeterminados. Surge, assim, a questão de saber se o fluxo das transações mercantil chega ou não ao equilíbrio – uma exigência agora da própria lógica demonstrativa empregada. Para resolvê-la, ele supõe então que está diante de “um mercado perfeitamente organizado em relação à concorrência” (idem, p. 34), ou seja, que esse mercado é centralizado por um intermediário – um agente, um corretor ou zangão -, o qual vai ficar conhecido como o leiloeiro walrasiano. Sob essa suposição idealizadora, evidentemente, “nenhuma troca é feita” – diz Walras – “sem que sejam anunciadas e conhecidas as condições” e sem que haja um processo prévio de liquidação (idem, p. 34). O problema dessa solução engenhosa é que o leiloeiro, como representante ideal do mercado como um todo e responsável por sua coerência global, vem a ser uma noção holística.

Desse modo, é evidente, já se formula assim o problema teórico central da análise de equilíbrio geral, qual seja ele, demonstrar que existe um vetor de preços que compatibiliza o equilíbrio objetivo do mercado como um todo com o equilíbrio subjetivo de todos os agentes econômicos que participam do mercado. Se o problema da existência é solucionado – por isso, ele se afigura de grande importância nessa linha de pensamento econômico – os preços de equilíbrio passam a ser explicados potencialmente a partir das preferências e decisões individuais. Ora, como se sabe, Walras, dentre outros argumentos, contando equações e incógnitas, simplesmente assumiu que o equilíbrio existe, sem tê-lo demonstrado. De qualquer modo, uma mera prova da existência, mesmo se vem a ser um passo necessário, ainda não resolve plenamente a questão de um ponto de vista individualista.

Como se sabe, Walras não abandona ainda a noção de equilíbrio gravitacional que vem de Smith. Por exemplo, depois de passar pela teoria do consumidor e pela teoria da produção, ele declara que o estado de equilíbrio da troca podia agora

ser bem definido. “Este estado de equilíbrio da produção, bem como o estado de equilíbrio da troca, é um estado ideal e não real. Jamais ocorre... Mas é o estado normal, no sentido de que é aquele para o qual tendem por si própria as coisas no regime da livre concorrência” (Walras 1983, p. 118). Pois bem, assim ele não deriva os preços de equilíbrio das decisões e das ações dos indivíduos, mas sim da lógica das próprias coisas, ou seja, da lógica do sistema como um todo.

É preciso registrar, nesse momento, algo bem evidente: à sua maneira, Walras combinou um discurso individualista com um discurso holista, de tal modo que o seu texto, nesse aspecto, apresenta-se para um leitor atento como um ninho de contradições. É preciso registrar, também, que o enorme esforço posterior dos assim chamados de teóricos do equilíbrio geral refinou a formulação original, mas não produziu um avanço conceitual substantivo no estado da arte de pensar a formação dos preços. Apesar dos progressos no uso da matemática, o problema conceitual de fundo permaneceu praticamente do modo como o deixou Walras, no século XIX.

O problema da existência na análise de equilíbrio geral, como é bem sabido, foi resolvido: mostrou-se que é possível, por exemplo, derivar os preços de equilíbrio a partir das preferências dos consumidores numa economia de troca simples. O custo dessa prova, no entanto, revelou-se bem alto, pois foi necessário conceber essas preferências de um modo extremamente implausível. Mas essa solução, porém, era ainda insuficiente para resolver o problema posto pela ambição individualista, já que a compatibilidade entre os equilíbrios individuais e do sistema não pode permanecer potencial, mas deve ser mostrada como algo efetivamente realizável. Logo, também isto a teoria teria de mostrar. Em consequência, impôs-se aos teóricos resolver também os problemas da unicidade e da estabilidade do equilíbrio, os quais – como se sabe desde a década de setenta do século XX – não puderam ser satisfatoriamente solucionados, a não ser por meio de suposições *ad hoc* (Soromenho 2000).

Assim, a teoria que sempre primou por adotar o valor da consistência se revelou, enfim, como inconsistente. Tornou-se mais e mais formal, mas nunca conseguiu ser rigorosa de fato. Ela explicou os preços como preços de equilíbrio, mas apenas conseguiu demonstrar que o equilíbrio geral, sob os axiomas consagrados, pode não ser necessariamente alcançado. Este, aliás, deveria ter sido um resultado esperado já que se sabia de antemão que o problema estava sendo formulado no campo da teoria dos sistemas dinâmicos não-lineares.

Do ponto de vista dessa nota, entretanto, a inconsistência mais reveladora encontrada nesse discurso mostra-se outra: o próprio sistema de equações dinâmicas não lineares que expressa o movimento global dos mercados e por meio do qual se sonhou um dia em resolver o problema da estabilidade é uma construção holística: ela pressupõe o mercado como um todo.

Até esse ponto foram examinadas as realizações teóricas de dois grandes pensadores da história do pensamento econômico – não, porém, com a finalidade de desqualificá-los enquanto tais. O propósito dessa introdução foi sugerir que a ambição do individualismo metodológico não pode ser realizada porque as teorias desenvolvidas nessa perspectiva sofrem necessariamente de um déficit ontológico.

Ora, esse déficit se manifesta também no próprio plano metodológico.

Jon Elster, um defensor ferrenho da norma aqui discutida, deslocando o problema para a linguagem e confiando na distinção entre contexto intensional e contexto extensional, considera que é impossível eliminar as expressões holísticas do discurso que se pauta pelo individualismo. A norma metodológica visada, segundo ele, só pode ser observada no contexto extensional, no qual sempre se faz referência a objetos efetivamente existentes; pois, no contexto intensional do discurso, sempre aparecem entidades coletivas imaginárias tais como, por exemplo, o mercado, o sistema, a sociedade, dentre outras. Quando se trata de resolver o problema de encontrar micro-fundamentos para a ação coletiva, é preciso evitar – diz ele – o reducionismo prematuro. Entretanto, “o coletivismo metodológico” – completa – “nunca pode ser um desiderato, mas apenas uma necessidade temporária” (Elster 1985, p. 4). Ora, assim, ele quer resolver uma questão de natureza lógica interna à teoria por meio do tempo supostamente necessário ao seu bom desenvolvimento. Transfere, assim, o problema da passagem da entidade holística para os seus fundamentos individualistas para um futuro indeterminado.

Deve-se observar que, na prática da formulação de modelos, os teóricos não buscam eliminar de modo sistemático as entidades holísticas que empregam. De modo diferente, no próprio curso da argumentação, adotam-nas simplesmente. Por exemplo, aprovando ou não o leiloeiro como metáfora, eles têm de introduzir um mecanismo holístico para fechar o modelo na teoria neoclássica. De modo geral, é preciso notar que as categorias coletivistas aparecem e tem de aparecer no discurso do economista e que elas não podem ser reduzidas às propriedades, objetivos, crenças e ações dos indivíduos que dele participam.

Kenneth Arrow, um dos grandes teóricos de equilíbrio geral, disse deu ciência aos seus leitores: “um exame cuidadoso da análise econômica padrão” – disse – “mostra que as categorias sociais estão sendo empregadas de fato e o tempo todo; ora, elas aparecem aí devido à absoluta necessidade da análise – e não apenas como figuras do discurso que podem ser eliminadas quando isto for desejado” (Arrow 1994, p. 1). Entretanto, por causa de sua opção liberal – e não por falta de inteligência e erudição –, ele não atinou com a solução do problema. Tolerou o ecletismo, afirmando, no entanto, a prioridade do individualismo metodológico; e o fez asseverando, corretamente, “ser bem gritante a natureza emergente do fenômeno social, o qual pode estar muito distante dos motivos das interações individuais” (idem, p. 3). É bem duvidoso, ademais, que ele tenha apreendido verdadeiramente a agência humana mediante as investigações que desenvolveu no campo da teoria do equilíbrio geral, porque elas se inscreveram numa concepção mecanicista de cientificidade.

O emprego de noções holísticas num discurso individualista não é, pois, uma questão ligeira, algo que se faz por *faute de mieux* – o uso da expressão francesa é do próprio Elster. Vem a ser, buscando aqui o máximo rigor, uma queda em contradição. E com as contradições – sabe-se bem, pelo menos desde Aristóteles –, não se pode tergiversar.

Eis que aqui se tem um caso particular de um problema muito mais

geral: o pensamento que, por fidelidade absoluta à lógica da identidade, evita dogmaticamente a contradição, cai em contradição. Pois, esse pensamento trabalha necessariamente com abstrações unilaterais: diante de uma realidade estruturada e altamente complexa como o sistema econômico, ele escolhe uma das duas seguintes alternativas: ou parte univocamente dos indivíduos, perdendo desde já o todo como algo que tem determinações próprias – este é o caminho proposto pelo individualismo metodológico – ou ele parte univocamente do todo, perdendo imediatamente os indivíduos como seres que tem agência própria – este é o caminho proposto pelo coletivismo ou holismo metodológico. No primeiro, o todo avulta como mero agregado de indivíduos; no segundo, o indivíduo figura ainda como mera função.

Por quaisquer desses dois caminhos, a consistência do pensamento não pode ser mantida. Pois, aquilo que existe realmente e que tem de ser apreendido intelectualmente não se conforma a esses modos de pensar e de se expressar unilaterais. Em consequência, ele lhes escapa de algum modo. Por isso mesmo, ele próprio, o sistema complexo em sua existência objetiva incontornável como objeto do conhecimento, faz com que os modos de pensamento e de discurso unilaterais se invertem no próprio processo de compreendê-lo. Desse modo, como mostra a análise do pensamento de Walras tomado como exemplo, por um lado, o individualismo cai no coletivismo; por outro, o coletivismo cai no individualismo. E essa não é, pois, uma questão meramente metodológica, linguística ou epistemológica, mas ontológica.

A solução que o desenvolvimento da filosofia deu a esse enigma consiste em rejeitar tanto o individualismo metodológico quanto o coletivismo metodológico como enfoques unilaterais autocontraditórios. Essa rejeição é necessária porque apenas a partir dela é possível entabular um modo de pensamento que vem a ser capaz de ficar com o indivíduo enquanto um ser que tem agência e com o sistema enquanto um todo que tem determinações próprias. É claro, ao fazê-lo, o pensamento assume logicamente, ficando num plano muito geral de compreensão da realidade, que o agente econômico e o sistema econômico são determinações reflexivas que se solicitam uma a outra.

Ora, o ganho da adoção dessa abordagem, apesar das dificuldades que lhe são inerentes, seria gratificante: se os economistas passassem a abraçá-la, eles deixariam de pensar os homens formalmente como máquinas, abandonando também o falso discurso de que assim apenas procuram fazer análise rigorosa. Ao pensar o homem como máquina, porém, na verdade, eles fazem apologia do sistema econômico - e não, a rigor, do indivíduo como pretendem.

O modo de pensar que faz essa dupla rejeição, que recusa com força extraordinária as contradições vulgares, mas acolhe cuidadosamente as contradições que são necessárias para pensar a mudança e a transformação dos seres, em geral, a passagem por negação determinada do ser-aí em seu ser-outro, chama-se – como se sabe – dialética. Ele nasceu na Grécia Antiga, mas amadureceu apenas nos tempos modernos, por meio das realizações intelectuais de Hegel e Marx, principalmente. A dialética não é nem um saber confuso e misterioso nem uma opção ao lado de

outras opções, pois se origina e se levanta a partir de requisitos lógicos de coerência do pensamento e, ao mesmo tempo, ônticos de fidelidade ao ser. Ela se impõe como opção para o desenvolvimento do conhecimento científico sempre que este queira apreender com rigor a realidade enquanto objetividade estruturada e complexa. Para fazer o seu trabalho, ela exige, no entanto, que ele perca o seu conservadorismo analítico-formal.

Diante do exposto e seguindo o curso da argumentação desenvolvida até aqui, torna-se necessário agora mostrar como se pode enfrentar dialeticamente a questão da formação de preços na economia mercantil generalizada, ou seja, no capitalismo. Para tanto será necessário reconstruir de certo modo a teoria dos preços de Smith com base na teoria do valor de Marx.

Aqui, porém, diferentemente do que está explicitamente exposto nos textos clássicos, para revelar certas estruturas lógicas que estão aí implícitas, abordar-se-á a questão numa perspectiva de grande voo. Indo diretamente à questão central, nessa ótica, o desafio que se apresenta é mostrar como as categorias centrais daquela teoria podem ser reconstruídas com base na categoria de emergência. Para fazê-lo, entretanto, é preciso começar raciocinando num plano bem abstrato.

O sistema econômico e o agente econômico em geral não são duas “coisas” opostas e exteriores entre si, uma delas verdadeira e a outra falsa, sendo a falsa redutível à verdadeira. O sistema econômico não é nem um mero agregado de indivíduos que produzem, procuram e consomem bens e serviços e se comportam de maneira auto-interessada, nem um todo unificado que determina inteiramente o modo de ser de seus componentes. É preciso recusar o pensamento identificante que se aferra – e não apenas usa – à abstração unilateral, convindo expressamente que não se pode raciocinar separadamente sobre o sistema econômico ou sobre o agente econômico, como se cada um pudesse ser considerado e apreendido sem a mediação do outro.

Eis que o sistema econômico e o agente econômico tem de ser concebidos a partir das relações sociais que os constituem enquanto tais. Pensá-los fazendo abstração dos nexos internos que os mantém como realidades efetivas, ou seja, como seres reais no mundo da sociedade, é entrar no caminho que conduz o pensamento ao abismo das contradições vulgares – das contradições que precisam ser evitadas no discurso racional. Ao considerar esses nexos, porém, o sistema econômico e o agente econômico deixam de ser considerados como entidades indiferentes entre si, pois cada um deles passa a participar da constituição do outro. Como diz Lucien Sève, um autor importante para a argumentação aqui desenvolvida, “cada lado da relação interioriza completamente o outro, de tal modo que os dois se tornam idênticos em sua diferença: todo-de-partes, partes-do-todo” (Sève 2005, p. 131–132). Ou seja, não há na verdade um todo e não há, também, partes, mas o complexo das partes e do todo.

Ora, como se disse anteriormente, aqui se quer mostrar que a conexão interna entre o agente econômico e o sistema econômico tem de ser pensada por meio da categoria de emergência. Mas o que essa categoria implica de imediato para o tema aqui discutido? Ela implica que na passagem das partes para o todo, ou seja, dos indivíduos que atuam economicamente para o sistema econômico surgem

propriedades novas, ou seja, propriedades que as partes não detêm enquanto tais. As propriedades emergentes no sistema são, pois, irredutíveis às propriedades dos indivíduos que o compõem, ainda que delas sejam dependentes de algum modo. O problema que surge dessa assertiva é especificar como se dá essa dependência.

Retomando a questão, tem-se, por um lado, que as propriedades dos indivíduos, no nível inferior, não se afiguram suficientes para explicar as propriedades do sistema, no nível superior. Tem-se, por outro, que as propriedades inéditas no nível superior não podem modificar as propriedades intrínsecas detidas pelos elementos componentes do sistema, no nível inferior. Tem-se, portanto, de conceber os complexos creditando certa autonomia às partes e certa autonomia ao todo – mesmo se eles estão indissolivelmente ligados.

Essas duas condições põem um enigma que apenas se resolve quando se descobre que as propriedades do nível inferior, isto é, dos indivíduos constituintes do sistema econômico, sem serem abolidas, sofrem uma transformação ao se manifestarem no nível superior, ou seja, no nível do sistema. E que isto acontece porque as partes se encontram entrelaçadas por meio de um modo de organização que lhes impõem uma lógica própria. Essa organização – formada por uma estrutura de relações sociais, as quais condicionam por meio das instituições toda uma diversidade de interações sociais – sobredetermina os elementos constituintes do todo. E, ao mesmo tempo, ela constitui o todo enquanto tal. Nessa perspectiva, o todo e os indivíduos considerados puramente em si mesmos são apenas abstrações – às quais, diga-se de passagem, são necessárias como momentos do pensamento. As partes e o todo, ademais, não apenas formam a totalidade, mas também participam de um processo de determinação recíproca que se desenrola no tempo histórico.

Para explicar o que está envolvido nesse processo de constituição, Hegel e depois Marx empregaram as categorias de base e suporte. O suporte é o constituinte fundamental do todo em consideração; ele responde apenas pela possibilidade do todo enquanto algo que tem propriedades distintas. A base, por sua vez, é o constituinte que responde pela realização efetiva do todo e pelo ineditismo de suas propriedades. Assim, os indivíduos com as suas características biológicas, corpo e mente por assim dizer, são de fato os suportes do sistema econômico; mas o que forma a base desse sistema enquanto tal é um plexo característico de relações sociais que os vinculam e que existem porque são constantemente repostas por eles, possivelmente de forma semiconsciente ou mesmo inconsciente. Os indivíduos sociais, por exemplo, assim constituídos pela trama de sociabilidade característica do capitalismo aparecem, na esfera do mercado, como vendedores e consumidores de mercadorias; já na esfera da produção de mercadorias, eles figuram como trabalhadores e capitalistas.

Esse modo de pensar a formação dos complexos sociais - mas não apenas deles - renuncia a dois caminhos propostos pela lógica do entendimento para explicar o surgimento de suas novas propriedades. Pois, por um lado, se as suas propriedades inéditas puderem ser reduzidas às propriedades prévias dos componentes do complexo – e, assim, explicadas dedutivamente a partir deles -, elas se revelam, enfim, como inexistentes – ou seja, como propriedades que não vêm a ser realmente

novas. Por outro, se as propriedades emergentes apenas podem ser concebidas como surgindo *ex-nihilo*, aquilo que se afigura como característica nova do complexo não pode ter assim qualquer explicação racional. Está-se, pois, diante de um impasse: ambos os caminhos parecem seguir por um beco sem saída.

Diante dessa dificuldade, para poder pensar as propriedades inéditas dos complexos sociais, mostra-se necessário ir além do mero entendimento; é preciso ultrapassar o seu férreo poder de circunscrever clara e distintamente o conteúdo significativo das categorias. É preciso pensar que as propriedades emergentes no nível superior da realidade provêm e não provêm das propriedades dos componentes que se situam no nível inferior do complexo social. O paradoxo é aparente; pois, se está diante de uma diferenciação de sentidos. Provêm porque as propriedades desses componentes são suportes necessários das propriedades emergentes ao nível da totalidade. Mas não provêm porque as propriedades inéditas surgidas no nível superior da realidade se devem também as relações internas mantidas pelos componentes. É, pois, a própria organização das partes que responde pela formação da totalidade, provendo assim, também, a base necessária para explicar as suas propriedades novas. Entre as propriedades das partes e as propriedades do todo há, pois, uma transformação que, para ser apreendida logicamente, exige que se considere a categoria esclarecedora conhecida como "salto qualitativo".

Pode-se, agora, voltar ao projeto antes anunciado de reconstruir a teoria de formação de preços de Smith – não necessariamente com fidelidade aos textos.

A primeira consideração importante diz respeito à temporalidade inerente ao processo de reprodução do sistema econômico. Na economia política clássica em geral, os preços, sejam de mercado sejam naturais – e tudo o mais –, são pensados como ocorrências no tempo irreversível e irrevogável. Como esse processo não é perfeitamente organizado, não ocorre em geral coincidência entre uns e outros, mas, ao contrário, eles se aproximam e se afastam por meio de flutuações que parecem conter irregularidades. Os preços naturais são concebidos como centros de gravitação, mas não são definidos formalmente por meio de um equilíbrio entre oferta e demanda; ao contrário, eles definem um equilíbrio determinado – altamente improvável, aliás – entre quantidades ofertadas e demandadas, que ocorre em condições especiais que só a teoria pode especificar. Isto implica imediatamente que a formação de preços não pode ser concebida de modo equilibrista e simultaneista tal como ocorre nas diversas abordagens de equilíbrio geral. Portanto, em sua perspectiva, não é necessário assumir que os preços das mercadorias que entram como insumos e saem como produtos sejam necessariamente iguais.

Ademais, mesmo sendo necessário distinguir valores e preços, não se pode admitir que haja um sistema abstrato de valor e um sistema abstrato de preços, cuja compatibilidade precisa ser provada para mostrar a plausibilidade da teoria. Diferentemente, os valores e preços são determinados de modo interdependente, como ocorrências co-emergentes no processo de funcionamento do sistema. Andrew Kliman mostrou que o chamado problema da inconsistência, usualmente discutido na chamada controvérsia da transformação dos valores em preços, é um falso problema (Kliman 2007, p. 1–2).

A segunda consideração importante diz respeito ao modo de explanação. Na economia política clássica, a explicação científica apresenta padrões de comportamento – não traça trajetórias. Os preços de mercado flutuam em torno dos preços naturais de um modo não determinista; sabe-se somente que, se a oferta for superior à demanda ao preço natural, os preços de mercado em consideração tenderão a se situar acima daquele; em caso contrário, se a oferta for inferior à demanda ao preço natural, os preços de mercado tenderão a se posicionar abaixo do preço natural. O ajustamento se dá principalmente do lado da oferta: os capitalistas, ao buscarem o máximo lucro possível, deslocam os seus capitais para as esferas produtivas que se apresentam mais lucrativas em cada momento. Ao fazê-lo, no entanto, eles criam uma tendência para que haja equiparação das taxas de lucros no sistema econômico como um todo. Não se trata de dizer que as flutuações dos preços não afetam as demandas, mas sim de considerar que as variações das demandas não afetam os preços naturais.

Foi dito que os preços naturais não são definidos como de equilíbrio, mas que eles próprios definem equilíbrios. Ora, que tipo de equilíbrio é este? Para responder a essa questão, é preciso notar em primeiro lugar que se trata de equilíbrio numa temporalidade de raiz histórica. Na formação dos preços, portanto, é preciso distinguir e considerar, quando se raciocina do ponto de vista capitalista, os custos passados e os custos presentes. Os meios de produção, em dado momento do processo econômico, estão aí, foram produzidos no passado e são avaliados aos seus custos históricos, computando-se já as perdas eventuais. Eles respondem pelos investimentos de capital em máquinas, equipamentos, matérias primas e são tomados como custos incorridos que tem de ser recuperados na venda das mercadorias que ora estão sendo produzidas. Já os custos presentes são representados pelos investimentos capitalistas na compra de força de trabalho, sendo, então, os trabalhadores remunerados pelos salários.

Nessa perspectiva de análise, o valor da produção apresenta-se simplesmente como a soma dos valores dos meios de produção, da folha salarial e dos lucros. Ora, se a força de trabalho for contratada aos seus preços naturais e se os lucros estiverem estabelecidos ao nível natural, então os preços das mercadorias se afirmam também como preços naturais. A circularidade é evidente: é fácil, pois, postular esse equilíbrio: a venda das mercadorias a esses preços está de acordo com a lógica de reprodução do sistema; difícil mesmo vem a ser explicá-lo conceitualmente. Pois, ademais, os desequilíbrios devem ser explicados a partir desse equilíbrio – e não o contrário.

É nesse ponto que os economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo, por exemplo, recorrem ao trabalho. De acordo com a teoria do valor desenvolvida por esses autores, o preço natural de cada mercadoria – inclusive do trabalho (na verdade da força de trabalho) – é determinado pelo tempo de trabalho normalmente gasto em sua produção, ou melhor, em sua reprodução. Ora, é evidente que, nessa explicação, eles tomam o trabalho como trabalho concreto, executado privadamente, assumindo também que o tempo de trabalho que conta é o tempo efetivo, aquele que é dispendido normalmente na produção das mercadorias.

E o fazem porque encaram o processo de produção como um mero processo natural – como operação da simples natureza da qual os homens participam.

É evidente que, desse modo, eles falham redondamente em explicar os preços ditos naturais. Pois, esses preços, se existem, deveriam ser chamados de preços sociais, já que dependem também do funcionamento do sistema econômico como um todo, ou seja, do sistema econômico como um sistema social complexo e, sendo redundante, devidamente estruturado. Justamente por isso, eles não podem ser reduzidos a uma soma dos tempos de trabalho individuais dispendidos nos processos de produção que ocorrem nas manufaturas e nas fábricas em geral. E esse problema de fundo aparece na forma de uma grande dificuldade para os economistas clássicos quando eles percebem que os preços ditos naturais dependem não só dos montantes de trabalho empregados, mas também dos montantes de capital avançados e, assim, da lei de igualação tendencial das taxas de lucro.

A explicação dos preços de produção – empregando agora a terminologia de Marx – não foi uma tarefa fácil para o gênero humano e, mesmo depois de realizada a duras penas, permaneceu e permanece largamente incompreendida – mesmo por muitos marxistas. A sua elaboração, como se sabe, exigiu um esforço de décadas que se cristalizou em milhares de páginas, num trabalho que permaneceu inacabado. A chave para o desvendamento do enigma, cuja descoberta também não ocorreu de modo imediato e fácil, foi começar uma longa exposição da matéria partindo da mercadoria e da simples troca de mercadorias, pressupondo já, no entanto, que a totalidade social é extraordinariamente complexa. A sua compreensão exige uma apresentação progressiva e cada vez mais abrangente que, obviamente, não pode ser abreviada aqui.

Os primeiros passos são conhecidos. A mercadoria é valor de uso e valor de troca. Enquanto valores de uso, mercadorias de diferentes espécies são incomensuráveis entre si. Elas, no entanto, são constantemente postas como iguais no perene entrelaçamento da economia mercantil por meio da troca: 10 varas de lenço = 1 casaco, eis um exemplo. Ora, tais igualdades são paradoxais, pois coisas diferentes figuram nas transações mercantis como coisas iguais. Como explicar, pois, o valor de troca? Investigando, então, aquilo que objetivamente torna essa experiência possível, Marx chega a seguinte conclusão: “primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual; segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (Marx 1983, p. 46).

Mas o que é esse algo igual? Qual vem a ser propriedade comum que permite, especialmente após o surgimento da economia capitalista, a igualação de valores de uso os mais diversos, quando eles se apresentam na forma de mercadoria? Ao responder essa pergunta crucial, Marx mostra que o valor, distinto do valor de troca, está constituído por uma substância social comum ao mundo mercantil, qual seja ela, o trabalho humano abstrato. O valor, cristalização dessa substância na mercadoria, é apresentado, assim, como o conteúdo implícito do valor de troca.

Nessa explicação – note-se bem –, o trabalho concreto, pessoal e privado é apenas suporte do valor e só pode sê-lo porque genericamente é “dispendio produtivo de

cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (Marx 1983, p. 51). Ora, enquanto esforço produtivo de pedreiro, carpinteiro, ferramenteiro, ele responde – e só pode responder – pela fabricação dos valores de uso tais como casas, móveis, ferramentas e assim por diante. Por isso, enquanto tal, o trabalho concreto não pode ser diretamente responsável pelo valor da mercadoria. Quem responde por este valor só pode ser, segundo a argumentação de Marx, o trabalho abstrato, coletivo e social. Ademais, a medida do valor não é o tempo de trabalho concreto, mas o tempo de trabalho socialmente necessário.

Qual o liame entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato? Um surge do outro por via de um processo de emergência, em que o trabalho concreto funciona como suporte do trabalho abstrato. A passagem de um a outro é uma transformação qualitativa engendrada no próprio processo de produção capitalista e que ocorre em virtude da natureza das próprias relações sociais capitalistas. “O valor” – como diz Kohan – “é uma relação entre proprietários privados de mercadorias, mutuamente independentes” (Kohan 2001, p. 109) – ele é a expressão social – pode-se acrescentar – da dependência que existe nessa independência.

Marx diz, nessa explicação, que o trabalho abstrato é uma substância social. Diz, também, que essa abstração é posta pelo próprio processo objetivo de reprodução material, mas não só material, da sociedade - e não meramente uma abstração subjetiva. Como essa abstração não se manifesta a si mesma na consciência dos agentes, mas está oclusa na própria realidade social, ela apenas podia ser descoberta por meio de um raciocínio invertido de lógica transcendental, o qual busca não as condições subjetivas do pensamento, mas sim, precisamente, as suas condições objetivas. Isso exige um esclarecimento final.

Como há menção de uma substância não observável, ter-se-ia aqui uma recuperação da velha metafísica como sugeriu, por exemplo, a notável Joan Robinson (Robinson 1970, p. 29–47)? A pergunta é positivista, mas a resposta não pode ser nem positivista nem anti-positivista (Fausto 1983, p. 89–138). Como disse o próprio Marx, a ciência natural, por mais que investigasse, não poderia encontrar um átomo sequer de trabalho abstrato em qualquer mercadoria. Entretanto, como expressou muito claramente também, se o valor de uso e o valor de troca são sensíveis, o valor é suprassensível, de tal modo que a mercadoria configura-se como uma coisa sensível suprassensível. Logo, falta aqui uma melhor explicação.

Para esse autor, assim como o cérebro da pessoa individual pensa, a sociedade que está formada por muitas pessoas, também é capaz de pensamento. Este é um produto coletivo das interações sociais que não pode ser completamente reduzido aos pensamentos das pessoas, ainda que nunca deixe de depender deles. Aliás, para Marx, o pensamento não é atributo da pessoa enquanto tal, ou seja, de sua individualidade natural. Um indivíduo totalmente isolado que nascesse e crescesse na ilha de Robinson Crusoe não poderia pensar, mesmo tendo atividade cerebral. O homem só pensa – e tem consciência – em sociedade, como homem social e histórico. Ora, essa consideração geral permite dar um esclarecimento adicional sobre as categorias do mundo econômico que estão sendo aqui consideradas.

O sistema econômico, como criação social, tem um modo de comunicação próprio

aí emergente; aí se conversa na linguagem das mercadorias. Para Marx, o valor de uso e o valor de troca e, assim, os preços em geral, são categorias do consciente social, mas o valor é uma categoria do inconsciente social. Os homens não o sabem, mas o criam implícita e coletivamente, assim como criam deuses aos quais se subordinam – é o que ele diz. O valor, sem dúvida, vem a ser consequência não intencional da ação humana, em parte intencional, mas o seu advento não pode ser apreendido por meio de uma dedução lógico-formal. Pois se trata de uma “objetividade espectral” que surge de uma transformação qualitativa que ocorre num processo social alienado, para além do intersubjetivo.

A apreensão desse ponto exige que se faça uma analogia. Um totem que exista numa comunidade primitiva pode não ser um espírito realmente existente para um observador científico que se ponha de seu exterior; entretanto, de fato, ele dá suporte a essa espécie de existência social perante os membros dessa comunidade. Algo semelhante ocorre com as materialidades da mercadoria e o dinheiro: elas dão suporte ao valor e ao capital (valor que se valoriza) como existências sociais espectrais próprias do capitalismo.

Vem a ser, pois, o valor que explica, com muitas mediações certamente, os preços naturais, ou seja, os preços de produção. E essas mediações, como se sabe, estão desenvolvidas em *O Capital* de Marx. A tese aqui proposta – julgo – ajuda a esclarecer em grandes traços o enigma do conceito de equilíbrio e, assim, o processo de formação de preços, que aparece na economia política clássica. Ela também mostra – creio – a enorme superioridade lógica e ontológica da economia política clássica desenvolvida, ou seja, a teoria crítica do capital como forma de sociabilidade, em relação às teorias simultaneistas e equilibristas em todas as suas variantes. Ela não cai em contradição, não se contradiz, não emprega noções holísticas por falta de algo melhor!

## Referências bibliográficas

- Arrow, K. J. (1994). Methodological individualism and social knowledge. *American Economic Review*, 84:1–9.
- Elster, J. (1985). *Making Sense of Marx*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Fausto, R. (1983). *Marx: Lógica e Política*. Brasiliense, São Paulo. Tomo I.
- Kliman, A. (2007). *Reclaiming Marx ‘Capital’ – A Refutation of the Myth of Inconsistency*. Lexington Books, Lanham.
- Kohan, N. (2001). *El Capital – Historia y Método – Una Introducción*. Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, Buenos Aires.
- Marx, K. (1983). *O Capital – Crítica da Economia Política*, volume I. Abril Cultural, São Paulo. Tomo I.
- Prado, E. F. S. (1993). Elster e a mão invisível. *Lua Nova*, 28/29:297–312.
- Robinson, J. (1970). *Economic Philosophy*. Penguin, Londres.
- Smith, A. (1983). *A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Abril Cultural, São Paulo.
- Soromenho, J. E. C. (2000). Microfundamentos e sociabilidade. *Revista da ANPEC*, 1.

Sève, L. (2005). *Émergence, Complexité et Dialectique – Sur les Systèmes Dynamiques Non Linéaires*. Odile Jacob, Paris.

Walras, L. (1983). *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. Abril Cultural, São Paulo.